



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos**

Processo nº 52035-48.2020.6.05.8000

Assunto: Recurso. Concorrência nº 002/2020

Parecer nº 352/2020

1. Retornam os autos a esta Assessoria Jurídica, desta vez para emissão de parecer acerca dos recursos interpostos pelas empresas MR CONSTRUTORA LTDA, HAYEK CONSTRUTORA LTDA., AG SERVICE ENGENHARIA LTDA e EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA, INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA. (docs. nºs. 750092, 750311, 750389 e 752678) em face da inabilitação na Concorrência nº 002/2020, cujo objeto consiste na contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para execução dos serviços de reforma do Anexo III do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

1.1. Nos termos lançados na decisão da CPLIC (doc. nº 698975), as 4 (quatro) concorrentes foram inabilitadas pelas seguintes razões:

a) MRM CONSTRUTORA LTDA - Ausência de atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, que comprove a execução de subestação de média tensão, exigido no item 3.3.5.1, “b”

b) HAYEK CONSTRUTORA LTDA - Ausência de atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, que comprove a execução de no mínimo 5.000 m<sup>2</sup> ou 39.760 Kg de execução e/ou recuperação em estrutura metálica, exigido no item 3.3.5.1, “b”;

c) AG SERVICE ENGENHARIA LTDA - Ausência de atestado de capacidade técnico-profissional habilitado que tenha executado subestação de média tensão e que seja o responsável técnico da licitante, conforme exige o item 3.3.5.2, “a” e “a.2”;

d) EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA, INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA - Ausência de atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, que comprove a execução de no mínimo 3.116,00 m<sup>2</sup> de área construída ou reformada e de execução de subestação de média tensão, conforme exigem o item 3.3.5.1, “b”;

2. Por seu turno, sustentam as recorrentes, de modo semelhante, que os atestados apresentados no certame atendem às exigências editalícias, seja no quesito área construída, seja no tocante à capacidade técnico-operacional e/ou profissional (condições 3.3.5.1, “b”, e 3.3.5.2, “a”, e “a.2”).

2.1. Evitando desnecessária repetição, de tudo quanto capitulado pela CPLIC (doc. nº 766049), podemos dizer, resumidamente, que foi afirmado pelas recorrentes:

a) MRM: Cumpriu a exigência do edital no que tange à capacidade técnico-operacional, parcela *execução de subestação de média tensão*, através dos atestados que se referem à construção do Hospital do Subúrbio de Salvador e do teatro de Feira de Santana.

b) HAYEK: Apresentou atestado de capacidade técnico-operacional referente a obra de construção do edifício do núcleo de gestão acadêmica da Universidade Federal do Sul da Bahia (USFB). Tais serviços foram feitos através de *consórcio*, mas a parcela sob sua responsabilidade (*percentual de participação*) atenderia ao edital da Concorrência nº 02/2020.

c) AG SERVICE: Apresentou atestado relativo ao Engenheiro Cristian Bernard Silva Santos (*capacidade técnico-operacional*), que além de outros “títulos profissionais” possui o título de Engenheiro Eletricista. Tal documento já se encontra “apensado” à pasta de documentos por ela apresentada, acrescentando-se a informação de que foi firmado compromisso “tácito” para a posterior contratação do referido profissional, a quem caberia a execução e gestão dos serviços de subestação e correlatos. Ainda quanto a este aspecto, ressaltou que o sócio e representante legal da empresa, Sr. Antônio Galvão dos Santos, é Engenheiro Eletricista, tendo sido apresentado atestados em seu nome, e ainda, que “as prerrogativas para execução dos serviços de instalação de engenharia elétrica, sanitária e arquitetura faziam parte do escopo de competência” do referido profissional, à época de sua graduação. Defendeu, ainda, na oportunidade, a manutenção da decisão da CPLIC quanto à inabilitação das demais licitantes, ao tempo em que apresentou, no seu entendimento, novas razões para assim ter ocorrido.

c) EBISA: Alegou que o atestado relativo ao Teatro Municipal de Itabuna comprova a execução integral do quantitativo do item 3.3.5.1, “b” (*os serviços objeto do referido atestado possuem 15.000 m² de área construída e superam, em muito, a exigência editalícia*), bem assim que o atestado em nome do engenheiro eletricista Mauro Meneses, referente à construção do Hospital de Medicina Carlos Macieira, apresenta a execução de subestação de alta tensão e que, por sua vez, trata-se de serviço de complexidade superior ao exigido no edital, item 3.3.5.1, “b”.

3. Transcorrido *in albis* o prazo para contrarrazões (docs. nºs 753594, 753596 e 759092), manifestou-se a CPLIC, no doc. nº 766049, pelo **não acolhimento das peças recursais**, mantendo, portanto, a decisão que afastou da Concorrência nº 02/2020 as empresas MR CONSTRUTORA LTDA, HAYEK CONSTRUTORA LTDA., AG SERVICE ENGENHARIA LTDA e EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA, INDÚSTRIA E

SANEAMENTO LTDA., ora irresignadas, bem como as empresas ART PROJETOS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, D e M CONSTRUTORA LTDA, PEDRA CONSTRUTORA LTDA, REALIZA CONSTRUÇÕES LTDA – ME e SHOCK INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA.

3.1. Em face da minuciosa análise feita pela CPLIC, acerca das razões apresentadas pela recorrentes, transcreveremos aqui suas conclusões finais<sup>1</sup>:

**a) MR CONSTRUTORA LTDA**

“O atestado que inicia-se à fl. 134 do doc. nº 0395088 é uma comprovação de que a execução dos serviços de instalações elétricas do Hospital do Subúrbio foi subcontratada pela recorrente e executada por uma outra empresa (HNC Instalações Elétricas e Hidráulicas Ltda - CNPJ nº 05.659.336/0001-37)”.

**b) HAYEK CONSTRUTORA LTDA**

“O atestado apresentado está em nome de 3 empresas: MEIR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES, HAYEK CONSTRUTORA LTDA e FMPF ARQUITETOS e não há expressa previsão no edital que admita que a comprovação da qualificação técnica exigida se opere mediante a formação de consórcio de empresas”.

**c) EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA, INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA**

“O atestado de conclusão do Teatro de Itabuna (doc. nº 0395090, fls. 90 a 100) indica uma área de cobertura de apenas 1.594,10m², apesar de possuir uma área de pavimentação bem maior, conforme indicado pelo recorrente. No entanto, a exigência do edital é a comprovação de “3.116,00 m² de área construída ou reformada” e não de pavimentação. Quanto ao atestado de que trata a obra no Hospital de Medicina Carlos Macieira (doc. nº 0395090, fls. 101 a 112), consta no referido documento que o serviço de instalações elétricas de alta tensão foi executado por outra empresa (Thomaz Instalações e Montagens Ltda, CNPJ nº 23.618.119/0001- 28), não podendo servir, desse modo, como comprovação da qualificação técnica da recorrente”.

**d) AG SERVICE ENGENHARIA LTDA**

**d.1) Rejeição do motivo apontado pela Recorrente no tocante a sua inabilitação**

“O atestado do Engenheiro Eletricista Cristian Bernard Silva Santos trata de prestação de serviços de manutenção e não de execução de subestação. (2) Quanto ao senhor Antônio Galvão dos Santos, ele é Engenheiro Civil e não Engenheiro Eletricista, não preenchendo os requisitos previstos no edital”.

**d.2.) Rejeição dos motivos de inabilitação de outras licitantes, supostamente não vistos pela CPLIC e que dizem respeito à habilitação jurídica, regularidade fiscal e/ou trabalhista, qualificação econômico-financeira:**

<sup>1</sup>As razões insertas nos recursos já são de largo conhecimento de todas as empresas, que preferiram não se manifestar, em prazo de contrarrazões, pelo que reputamos desnecessária a respectiva transcrição, neste momento.

“A regularidade com a Fazenda Municipal foi atendida pela empresa D e M CONSTRUTORA LTDA, conforme certidões positivas com efeitos de negativa, expedidas em 15/05/2020 pelo Governo do Distrito Federal, sede da licitante, com validade até 14/06/2020 (doc. nº 0395091, fls. 12 e 13)”.

“Não foi exigida no edital a apresentação de certidão de regularidade profissional do Contador e a empresa D e M CONSTRUTORA LTDA atendeu ao comando do edital ao apresentar os índices contábeis no doc. nº 0395091, fl. 23”.

“A empresa D e M CONSTRUTORA LTDA, ao apresentar a alteração contratual nº 11, registrada na repartição competente (doc. nº 0395091, fls. 05 a 07), atendeu à habilitação jurídica prevista no edital”.

“O argumento de que as empresas ENGETRA TECNOLOGIA E CONSTRUÇÕES e SHOCK INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA não são optantes do sistema Simples e que, portanto, não podem obter os benefícios concedidos legalmente, relaciona-se com o exame das propostas de preços, a ser levado a termo na fase posterior a que ora se encontra o certame. Conforme previsto no edital, as empresas que, eventualmente, forem optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006 (conforme Projeto Básico, item 15, b3, “5”)”.

“A habilitação jurídica e a regularidade fiscal e trabalhista, indicadas no CRC como vencidas, encontram-se plenamente atendidas de acordo com os documentos apresentados pela empresa PJ CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA (doc. nº 0395081), como segue: Contrato Social – fls. 04 a 15, FGTS/CRF – válida até 18/07/2020 (fl. 26), Fazenda Federal – válida até 04/07/2020 (fl. 27), Fazenda Municipal – válida até 03/08/2020 (fl. 28) e Trabalhista – válida até 16/10/2020 (fl. 34)”.

“As empresas PLANES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA e REALIZA CONSTRUÇÕES LTDA apresentaram certidões negativas de falência emitidas em 19/05/2020 e 12/05/2020, com validade de 30 dias, conforme docs. nº 0395079 (fls. 27/28) e 0395078 (fl. 25), respectivamente”.

“A prova da inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foi satisfeita pela empresa RCI CONSTRUÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA, conforme doc. nº 0395086, fl. 24, encontrando-se na situação cadastral “ativa” e o documento não está sujeito a prazo de validade. Após nova consulta ao referido Cadastro, em 18/06/2020, foi possível imprimir o comprovante de inscrição, pela internet, com o mesmo conteúdo que o anexado pela licitante (doc. nº 0755423, fl. 01)”.

“A regularidade com a Fazenda Federal foi atendida pela empresa RCI CONSTRUÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA, tendo em vista a edição da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 555/2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/03/2020, que prorrogou, por 90 (noventa) dias, a validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), válidas na data de sua publicação (doc. nº 0395086, fls. 26 e 27). Na consulta à internet ao referido órgão fiscal, realizada pela Comissão em 18/06/2020, consta a informação de que a validade da certidão foi prorrogada até 07/08/2020 ( doc. nº 0755423, fl. 02 )”.

“A habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista e a qualificação econômico-financeira foram comprovadas por meio da apresentação feita pela empresa SHOCK INSTALAÇÕES E MANUTENÇÕES LTDA (doc. nº 0395083), como segue: Contrato Social registrado – fls. 02 a 08, FGTS/CRF – válida até 19/07/2020 (fl. 14), Fazenda Federal – válida até 25/08/2020 (fl. 17), Fazenda Municipal – emitida em 05/05/2020, com validade de 90 dias (fl. 18), Trabalhista – válida até 31/10/2020 (fl. 19), Negativa de Falência – emitida em 05/05/2020, com validade de 30 dias (fl. 22)”.

“Embora a empresa SHOCK INSTALAÇÕES E MANUTENÇÕES LTDA não tenha incluído em seus documentos de habilitação o balanço patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, na consulta ao SICAF feita pela Comissão em 12/06/2020 foi possível constatar a presença do balanço em tela e também confirmar que os índices contábeis exigidos encontram-se atendidos na referida consulta (doc. nº 0755447)”.

“A empresa SHOCK INSTALAÇÕES E MANUTENÇÕES LTDA, regularmente cadastrada no SICAF, atendeu ao comando do edital ao anexar a declaração prevista no item 3.7 do citado ato convocatório (doc. nº 0395083, fl. 93), considerando que, no caso em tela, houve o aproveitamento de documento constante do referido cadastro eletrônico (o balanço patrimonial)”.

**d.3) Rejeição dos motivos de inabilitação de outras licitantes, supostamente não vistos pela CPLIC e que dizem respeito à qualificação técnica:**

“A Comissão decidiu pela inabilitação da empresa ART PROJETOS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA pelo mesmo motivo aduzido pela recorrente, isto é, a ausência de atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, que comprove a execução de no mínimo 5.000 m<sup>2</sup> ou 39.760 Kg de execução e/ou recuperação em estrutura metálica, exigido no item 3.3.5.1, “b”, não existindo, desse modo, qualquer controvérsia acerca da matéria.

“As indicações dos profissionais encontram-se consignadas às fls. 186 e 188 do doc. nº 0395091, atinente à empresa D e M CONSTRUTORA LTDA”.

“A declaração de disponibilização de equipamento não foi exigida no edital, não sendo, pois, a hipótese de considerar que a empresa ENGETRA TECNOLOGIA E CONSTRUÇÕES devesse ter apresentado o referido documento”.

“A empresa PEDRA CONSTRUTORA LTDA foi inabilitada exatamente por não apresentar profissional habilitado que tenha executado subestação de média tensão . (2) A declaração exigida no item 3.3.5.2, ‘c’, não exige que tenha assinatura das pessoas indicadas”.

“Verificamos que o objetivo da empresa PJ CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA foi exatamente destacar (grifar) a parte que comprova a sua qualificação técnica conforme solicitado na alínea f do item 3.3.5.2: *“f) Com o intuito de tornar mais célere a análise pela comissão de licitação, deverão ser destacados (grifados), nos atestados, os itens correspondentes às solicitações de qualificação técnica prevista no Edital ”*. De acordo com a diligência realizada pela Comissão (doc. nº 0762572), foi possível constatar a integridade e a autenticidade dos documentos que compõem a Certidão de Acervo Técnico nº 322237/2015, atendendo plenamente aos requisitos previstos no edital”.

“Um dos motivos da inabilitação da empresa REALIZA CONSTRUÇÕES LTDA-ME foi exatamente a ausência de comprovação da capacidade técnico-profissional de execução de subestação de média tensão e de sistema de ar condicionado do tipo VRF (Variable Refrigerant Flow ) ou Água Gelada (chiller), conforme exige os itens 3.3.5.2, “a”, “a.2” e “a.3””.

4. Ato contínuo, a CPLIC encaminhou o processo à área demandante (COMANP), que, por sua vez, consignou acompanhar “o entendimento esposado pela CPLIC no documento nº 766049, notadamente no que concerne à *capacidade técnica* das licitantes” (doc. nº 766934).

É o breve Relatório.

5. As quatro recorrentes foram inabilitadas por motivos relacionados à qualificação técnica exigida na Concorrência nº 02/2020, no que diz respeito à capacidade técnico-operacional e/ou capacidade técnico-profissional.

6. As empresas MRM, HAYEK e EBISA, de modo comum, pelo desatendimento ao quanto disposto na condição 3.3.5.1, “b”, que trouxe:

#### 3.3.5.1. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

(...)

b) Um ou mais atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa executou obra compatível em quantidades e características com o objeto da contratação, com parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, com os seguintes quantitativos:

- Execução de no mínimo 3.116,00 m<sup>2</sup> de área construída ou reformada;
- Execução de no mínimo 5.000 m<sup>2</sup> ou 39.760 Kg de execução e/ou recuperação em estrutura metálica;
- Execução de subestação de média tensão;

6.1. A primeira (MRM ) pela ausência de comprovação no que pertine à execução de subestação de média tensão; a segunda, (HAYEK), pela não comprovação no que tange a, no mínimo, 5.000 m<sup>2</sup> ou 39.760 Kg, de execução ou recuperação em estrutura metálica; a terceira (EBISA), pela ausência de atestado que comprovasse a execução de, no mínimo, 3.116,00 m<sup>2</sup> de área construída ou reformada, e de execução de subestação de média tensão.

6.1.1. De fato, na documentação trazida pela licitante MRM (fls. 134, doc. 395088), que se destinaria à comprovação da capacidade técnico-operacional, quesito *subestação de média tensão*, resta demonstrado, com muita clareza, que o serviço foi objeto de subcontratação. Vejamos:

**“Atestamos para os devidos fins, que a HCN Instalações Elétricas e Hidráulicas Ltda. - ME, CNPJ nº 05.659336/0001-37, executou para a MRM Construtora Ltda., os serviços de projetos e execução das instalações elétricas, subestação, grupos geradores, no breaks, instalações hidra sanitárias, infraestrutura de chamada enfermeira, cabeamento estruturado e som, segurança contra incêndio, rede de lógica, SPDA e iluminação, na obra de CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DO**

*SUBÚRBIO, no município de Salvador — Bahia, conforme abaixo discriminado:*"  
(destacamos)

6.1.2. A subcontratação implica na transferência da execução de parte do objeto contratual a um terceiro, que, por sua vez, não terá vínculo com a Administração, e, como regra, somente será possível quando prevista no instrumento convocatório. Ainda assim, as obrigações do contrato permanecerão sob exclusiva responsabilidade do contratado<sup>2</sup>, a quem caberá responder integralmente por tais obrigações, inclusive quanto a eventuais inadimplementos. Por outro lado, uma vez que a finalidade da habilitação é gerar a presunção de que a empresa reúne as condições pessoais mínimas indispensáveis para executar de modo satisfatório o objeto a ser contratado, na hipótese da execução de parcela desse objeto ser delegada a terceiro, deve-se condicionar a subcontratação à demonstração de que esse terceiro também reúne as mesmas condições consideradas indispensáveis para assegurar-se a satisfação do interesse público. Nesse sentido, há precedente do TCU: "*No caso de subcontratação de parcela da obra para a qual houve solicitação de atestados de qualificação técnica na licitação, ou na hipótese de não terem sido exigidos atestados por se tratar de serviço usualmente prestado por limitadíssimo número de empresas, a contratada original deve exigir da subcontratada comprovação de capacidade técnica, disposição essa que deve constar, necessariamente, do instrumento convocatório*". (TCU, Acórdão nº 2.992/2011, Plenário, TC-008.543/2011-9, Rel. Min. Valmir Campelo, 16.11.2011.).

6.1.2.1. Sendo assim, reputamos acertada a decisão da CPLIC quando inabilitou a empresa MRM CONSTRUTORA LTDA pois, *in casu*, os serviços em questão (construção do Hospital do Subúrbio), embora tenham a responsabilidade atribuída à recorrente, tal qual explicitado acima, foram efetivamente executados por empresa diversa, a saber, HCN Instalações Elétricas e Hidráulicas Ltda. - ME (fls. 134, doc. nº 395088). Essa, sim, diante do teor da documentação, estaria apta a atender à exigência editalícia em questão (capacidade técnico-operacional, quesito *subestação de média tensão*), e não aquela que a subcontratou.

6.2. De relação à empresa HAYEK, vimos que o atestado apresentado pela licitante noticia que os serviços foram executados através de *consórcio*, constituído pelas empresas "MEIR x HAYEK CONSTRUTORA X FMPF PROJETOS", conforme doc. nº 395087, fls. 42, que informa:

*Atestamos para os devidos fins que a empresa MEIR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA., empresa Líder do Consórcio MEIR x HAYEK CONSTRUTORA X FMPF PROJETOS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o nº 13.665.937/0001-a, sediada a AvJ Magalhães Neto, nº 1450, Cond. Millenium Empresarial, sala 902, Pituba, na cidade de Salvador/BA, CEP 41.810-012, realizou satisfatoriamente os serviços relacionados à UFSB - Universidade Federal do Sul da*

<sup>2</sup>Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração."

*Bania, CNPJ 18.560.547/0001-07, no contrato de Elaboração de Projetos Básico e Executivo e Execução de Obra no Campus Jorge Amado na cidade de Ilhéus BA”.*

6.2.1. Por essa razão, a CPLIC a inabilitou, e, em fase de recurso, ao ratificar sua decisão, esclareceu que o ato convocatório não trouxe “expressa previsão” para que se admitisse a “comprovação da qualificação técnica mediante a formação de consórcio de empresas”. Neste ponto, ousamos discordar do raciocínio desenvolvido pela Comissão.

6.2.1.1. É fato que, por algumas vezes, a Administração se depara com objeto contratual cujo mercado não atende, a contento, de modo isolado, posto que os potenciais executores não possuem a capacidade adequada para toda a demanda. Abrem-se, então, algumas alternativas: a divisão do objeto em itens, quando tecnicamente possível ou viável (§ 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93<sup>3</sup>); a subcontratação (tratada em tópico acima); e o consórcio.

6.2.1.2. Na subcontratação, repisemos, o contratado transfere a execução de partes do objeto da contratação para terceiro. Porém, quando parcela relevante (*técnica ou economicamente*) do objeto precisar ser transferida a terceiro, provavelmente o caso comportará, com melhor propriedade, a constituição de *consórcio*. Nos termos definidos pela Zênite (Consultoria Especializada), “*os consórcios constituem verdadeiras “associações empresariais” dirigidas a viabilizar a participação de particulares que, sozinhos, não disporiam das condições necessárias para realizar o objeto, mas assim podem quando reunidos com outros particulares*”.

6.2.1.3. Assim visto, e de modo a atender ao quanto prescrito no artigo 30, II, da Lei nº 8.666/93<sup>4</sup>, como se deve aferir a aptidão da empresa quando a execução dos serviços ocorrer mediante consórcio? A comprovação, nos termos da lei, se faz por meio da apresentação de atestados, que evidenciem a aptidão da licitante com base na demonstração de sua experiência anterior no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Tais atestados precisam descrever como ocorreu a execução dos ajustes pretéritos, e, em se tratando de atestados relativos a obras e serviços de engenharia, a veracidade de seu conteúdo pode ser aferida em conjunto com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

3“§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.”

4“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;”



6.2.1.4 Com o racional de que os atestados precisam informar o que efetivamente a empresa executou, julgamos que quando o documento referir-se a contrato executado por um consórcio de empresas, a Administração deverá considerar, para fins de qualificação em procedimento licitatório, as parcelas que comprovadamente tenham sido executadas pela licitante. Não seria necessário, *in casu*, específica previsão editalícia. Não sendo possível aferir essa parcela, a partir do conteúdo do atestado apresentado, entendemos que caberia a realização de diligências, na forma do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93<sup>5</sup>, antes de se tomar a decisão pelo afastamento ou manutenção da licitante no certame. De forma objetiva, entendemos possível a aceitação de atestado emitido em nome de um consórcio, desde que seja possível aferir o que a licitante efetivamente executou, para que tal parcela seja ou não considerada para fins de habilitação. Faltou, neste ponto, diligenciar para esclarecer a questão.

6.3. Quanto à recorrente EBISA, percebe-se, em suas argumentações, forte tentativa de desqualificar o trabalho da CPLIC, quando afirma, dentre outras coisas, que “*qualquer profissional com um mínimo de conhecimento em engenharia sabe que os quantitativos indicados nos serviços (...) superam a área construída exigida no edital*”, e pressupõe, no mesmo desiderato: “*sem que haja capacidade técnica de engenharia para aferir a quantidade dos serviços (...)*”. Nesta particular, não fosse pelo conhecimento que temos sobre a Comissão possuir, em sua constituição, servidor com formação na área de Engenharia, seria pela certeza de a Comissão não se furtar de ouvir a área técnica desta Casa, sempre que necessário, notadamente em questões que digam respeito à qualificação técnica das empresas, que estaríamos bastante tranquilos quanto à lisura e seriedade do julgamento da CPLIC.

6.3.1. Por essa razão, não temos dúvidas de que o atestado trazido pela recorrente, no quesito *área construída ou reformada*, desatendeu às exigências editalícias, ainda que comprovasse sua expertise em outros aspectos afetos à engenharia.

6.3.2. No quesito experiência da licitante em execução de subestação de média tensão, o teor da documentação também não permite dúvidas (fls. 102, doc. nº 395090):

Atesto para os devidos fins que a empresa "THOMAZ INSTALAUES E MONTAGENS LTDA", tendo como responsável técnico o Enge' Mauro Alfredo 'A. Meneses, executou as Instalações Elétricas, Telefônicas, Sonorização, Hidrosanitárias, Especiais, Prevenção e Combate a Incêndio, do Hospital de Medicina do Aparelho Locomotor Norte - HMAL, objeto do Contrato 009/89-USAJ que esta Construtora manteve dom a SINFRA-MA

6.3.2.1. Conquanto apresente execução de serviço em subestação de alta tensão, não vislumbra-se correlação com a empresa EBISA.

<sup>5</sup>“§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”.

6.4. De referência à empresa AG SERVICE, a inabilitação ocorreu em face do desatendimento à condição 3.3.52.2, “a” e “a.2”, *in verbis*:

**“3.3.5.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**

a) Comprovante, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA e/ou CAU, acompanhada do respectivo atestado fornecido pela contratante dos serviços, de que os responsáveis técnicos da licitante executaram serviços compatíveis com as parcelas mais relevantes e de valor significativo do objeto da licitação, nas especialidades abaixo:

(...)

a.2) Profissional habilitado que tenha executado subestação de média tensão;”

6.4.1. A condição acima transcrita indica, claramente, que o responsável técnico da empresa deveria ter a expertise em serviço de execução de subestação de média tensão, o que nos parece não ter sido plenamente atendido pela recorrente, pois, da farta documentação trazida ao certame, o que se vê é que o Sr. Cristian Bernard Silva Santos, embora possua a qualificação necessária (Engenheiro Eletricista), não se constitui no Responsável Técnico da AG SERVICE. Além disso, tampouco comprovou ter executado tais serviços.

6.4.1.1. O atestado apresentado no certame (doc. 395451) refere-se a serviços de supervisão e acompanhamento de serviços de manutenção predial, como se infere claramente do seguinte trecho: “... o Sr. Cristian Bernard era Supervisor de Manutenção, a quem cabia representar a Contratada perante o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e supervisionar os trabalhos dos demais colaboradores...”. Parece-nos algo semelhante a um profissional devidamente graduado em Medicina, que opta pelo exercício de atividade administrativa (Coordenação de Hospital, por exemplo), abrindo mão do exercício diário da profissão, o que, evidentemente, interferirá em sua *expertise*, pois essa é composta do arcabouço das atividades efetivamente desempenhadas, e não apenas pelo título acadêmico. Ainda que, *in casu*, o referido profissional tenha experiência na sua área de atuação (*execução de subestação de média tensão*), a documentação trazida em seu nome não se revela adequada para tal comprovação, e sequer permitiria complementação, pois ali se vê, com clareza solar, a indicação taxativa de suas atribuições.

6.4.2. Quanto ao Sr. Antônio Galvão dos Santos, nos termos afirmados pela CPLIC, “*é Engenheiro Civil e não Engenheiro Eletricista, não preenchendo os requisitos previstos no edital*”. A Concorrência nº 02/2020 previu que o Responsável Técnico da licitante deveria ter a *expertise* em execução de subestação de média tensão, o que não foi comprovado. Aceitar documentação diversa implicaria em ferir frontalmente o princípio da isonomia. Neste sentido, citamos decisão do TJ do Rio de Janeiro:

**Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro TJ-RJ - APELAÇÃO : APL 0481303-41.2015.8.19.0001**

Ementa: Apelação Cível. Ação de obrigação de fazer. Alegação de ofensa à norma prevista no edital de concorrência pública para Elaboração de Projeto Executivo e Execução de Obras de Construção da Delegacia Legal de Macuco - RJ. Item 2.2 do edital que define que, dentre as parcelas de maior relevância, se encontra o item relativo às "instalações elétricas em edificação, com subestação de energia em média tensão." O inciso I, do § 1º, do art. 30, da lei de licitações, determina que o licitante tem que comprovar que seu quadro permanente é composto por profissional que possua atestado de responsabilidade técnica para execução de obra ou serviço no que tange especificamente às parcelas de maior relevância e valor, segundo o objeto de licitação. A Certidão de fls. 47/48, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro - CREA-RJ, demonstra que integram os quadros da empresa apelante, na qualidade de responsável técnico, Carlos Henrique Perdigão Monte Silva, tendo o título de Engenheiro Eletricista e de Segurança do Trabalho, e Jumar Araújo da Silva, registrado com o título de Engenheiro Civil. Quanto ao Carlos, Engenheiro Eletricista, não houve a apresentação de Certidão de Acervo Técnico. A Certidão de fl. 65 é expressa em mencionar que o profissional (no caso, o Engenheiro Jumar) está habilitado para executar instalações de energia elétrica somente de baixa tensão. Já na Certidão de Acervo Técnico de nº 64794/2014 (fls. 85/86) está ressalvado que o atestado em questão não reconhece habilitação profissional para os serviços de engenharia de eletricidade. **Não é o caso de se debruçar no exame das questões técnicas trazidas pela empresa apelante para justificar a ausência dessa comprovação técnica para "instalações elétricas em edificação, com subestação de energia em média tensão", quando há certidões emitidas pelo CREA-RJ em sentido contrário. Entender-se como deseja o segundo apelante acarretaria em ofensa à norma do edital.** A argumentação do [Estado do Rio de Janeiro](#), de que o edital não exige comprovação técnica relativa o serviço de engenharia elétrica, uma vez que 75% (setenta e cinco por cento) das parcelas de maior relevância se refeririam aos serviços de engenharia civil, não merece prosperar. Isso porque o edital não faz tal distinção. **Houve específica previsão quanto aos serviços de eletricidade como de maior relevância. O que deve prevalecer é o que consta do edital, pois essa é a forma de se assegurar - pelo menos, em tese - a observância da moralidade administrativa, o princípio da legalidade e o princípio da vinculação o instrumento convocatório.** Recursos a que se nega provimento. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC, majoro a condenação em honorários advocatícios, devida por cada apelante, para o patamar de 6% (seis por cento) do valor da condenação. Conclusões: Por unanimidade de votos, manteve-se a sentença / decisão. (destacamos)

6.4.3. No tocante a supostas novas razões para a inabilitação de outras licitantes, a CPLIC refutou com muita propriedade todas as alegações da AG SERVICE, não merecendo qualquer reparo as respectivas conclusões. Ao contrário, atenta às regras editadas em função da crise gerada pela pandemia COVID-19, a CPLIC habilitou licitantes cuja documentação, aparentemente superada, teve a validade prorrogada, e, abandonando o formalismo exagerado, promoveu diligências internas e/ou aproveitamento de dados para complementar informações, como se pode ver, por exemplo, em relação à empresa SHOCK INSTALAÇÕES E MANUTENÇÕES LTDA. Impende ressaltar que costumam ser frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado ao longo dos procedimentos licitatórios.

7. Ante o exposto, opinamos conclusivamente pela rejeição dos recursos interpostos pelas empresas MR CONSTRUTORA LTDA, AG SERVICE ENGENHARIA LTDA e EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA, INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA., mantendo-se, conseqüentemente, a decisão da CPLIC quanto à inabilitação das referidas licitantes.

8. No tocante à empresa HAYEK CONSTRUTORA LTDA., recomendamos que seja verificado se a documentação ora apresentada na peça recursal (termo de consórcio, fls. 9/13, doc. nº 750311) esclarece se a parcela de responsabilidade da empresa é efetivamente aquela que atenderia à exigência editalícia (*execução e/ou recuperação de estrutura metálica*), e/ou ainda, que seja diligenciado à empresa e ao Contratante, para comprovação neste sentido, dando-lhe prazo comum de 2 (dois) dias úteis para resposta.

8.1. Ao final desse prazo, restando alguma dúvida, o recurso deverá ser rejeitado, sob pena de ferimento ao princípio da isonomia, e ainda, pelo potencial risco de atribuir-se à empresa a execução de serviço para o qual não possua a desejada experiência. Na hipótese da licitante lograr êxito em comprovar sua capacidade técnica para o item em pauta, o recurso deverá ser acolhido, modificando-se a decisão da CPLIC, neste particular.

É o parecer, *sub censura*.